

BOLETIM 789

Brasília, 15 de maio de 2019

Maia: só reforma da Previdência não garante crescimento econômico

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, defendeu a reestruturação do Estado e a retomada dos investimentos públicos como complementos da reforma da Previdência para impedir que o Brasil sofra retrocessos sociais.

Durante palestra a investidores em Nova York, Rodrigo Maia afirmou que a reforma sozinha não será suficiente para promover o crescimento econômico e a geração de empregos necessários ao País. “A Previdência é uma agenda que organiza o nosso passado, para termos tranquilidade para construir o futuro, mas o Brasil tem outros problemas muito sérios que a gente até agora não foi capaz de organizar”, declarou.

“A gente vai ter que pensar uma solução para, de alguma forma, depois da reforma da Previdência, ter capacidade de ampliar gastos no Brasil. Não tem muita saída, porque vivemos 5 anos em uma recessão”, acrescentou.

Para evitar que o Brasil entre “em um colapso social muito rápido”, Rodrigo Maia cobrou a interação entre os governos federal, estaduais e municipais. “A PEC do Teto veio com o objetivo de ser a primeira de algumas reformas com [a votação da] reforma da Previdência em 2017. Como a Previdência não veio em 2017, o que veio foi a queda da inflação, por causa da recessão, estamos em uma situação um pouco difícil”, disse.



“Nós voltamos a fazer campanha contra a fome no final do ano passado, ninguém deu bola para isso, mas o Brasil tinha saído dessa agenda há alguns anos”, declarou o presidente. “A gente está com o risco de voltar, segundo um organismo da ONU, a participar de ambientes que o nosso país havia saído”, acrescentou.

Fonte: Agência Câmara

Adiada reunião da MP sobre contribuição sindical

A comissão mista da Medida Provisória 873/19, que deveria ocorrer nesta terça-feira (14), às 15h, foi adiada. Nela, ocorreria a eleição para presidente e vice-presidente da comissão na qual será debatida a MP que impede o desconto em folha salarial da contribuição sindical.

A medida provisória, publicada em 1º de março, determina que a contribuição sindical passe a ser feita através de boleto bancário encaminhado à residência do empregado ou à sede da empresa. Também estabelece que a contribuição seja paga apenas pelos trabalhadores que tiverem expressado seu consentimento individualmente.

O texto causou polêmica, visto que, para alguns, estaria ferindo a Constituição Federal e prejudicando a organização dos trabalhadores.

Fonte: Agência Câmara



Mais de um milhão nas ruas de todo o país contra o bloqueio da Educação

Desde as primeiras horas desta quarta-feira, estudantes, professores, entidades estudantis e movimentos sindicais e sociais já se manifestam em diversos locais do país no Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação.

A greve mobiliza toda a comunidade escolar contra os cortes de Bolsonaro na verba das instituições federais de ensino, o cancelamento das bolsas de pesquisa e perseguição às universidades e ao ensino.

Levantamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) apontou que mais de um milhão de pessoas participam dos atos e protestos que aconteceram em 216 cidades do conjunto dos todos os estados brasileiros.

Estudantes, professores e funcionários de diversas instituições de ensino fazem uma paralisação nesta quarta-feira, 15, em protesto contra os cortes de verbas na educação. As manifestações começaram já pela manhã.

Fonte: Brasil247

Governo é derrotado na Câmara e Weintraub terá de explicar corte em universidades

Em mais uma derrota do governo no Congresso, a Câmara aprovou nesta 3ª feira (14.mai.2019) a convocação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, para prestar esclarecimentos no plenário da Casa sobre o corte no orçamento de universidades.

O pedido foi feito pelo deputado Orlando Silva (PC do B-SP). Foram 307 a favor da convocação e 82 contrários. Os únicos partidos a darem porcentagem expressiva de suas bancadas contra a convocação foram o PSL (85,19%) e o Novo (87,5%).

Fonte: Poder360

Moro perde de novo e registro sindical vai ficar com Ministério da Economia

No governo Bolsonaro, o ministro Sergio Moro, da Justiça, acumula derrotas seguidas. Seu plano nacional de segurança é cheio de furos e não consegue apoio no Congresso Nacional. Derrota recente também seu deu na questão do Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras), que foi deslocado para o Ministério da Economia.

Registro sindical - Nova derrota do juiz de primeira Instância. No encaminhamento da Medida Provisória 870, o registro sindical acabou deslocado para a Pasta da Economia. Portanto, o registro das entidades de classe e assuntos conexos ficam sob os humores de Rogério Marinho, o relator da draconiana Reforma Trabalhista e mentor da MP 873 (flagrantemente inconstitucional), que visa asfixiar as finanças sindicais.



Apesar do alto índice de mortes no trabalho, Bolsonaro quer reduzir normas de segurança

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) anunciou que irá “modernizar”, “desburocratizar” e “simplificar” as Normas Reguladoras (NR) que tratam da proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores. Atualmente, o Brasil tem 37 NRs e, mesmo assim, cerca de 2.700 trabalhadores morrem, anualmente, vítimas de acidentes de trabalho no país.

“Essas normas foram construídas ao longo de anos, em torno de debates, diagnósticos e estudos de construção de regras que permitem às empresas construir sistemas de proteção que evitem as mortes”, explica Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese, em entrevista à jornalista Marilu Cabañas, da Rádio Brasil Atual.

Segundo ele, boa parte das mortes causadas por acidentes de trabalho são decorrência do não cumprimento das normas de segurança. As NRs se referem, por exemplo, ao uso correto de maquinário, à maneira como as empresas devem fornecer equipamentos de proteção, ao treinamento dos trabalhadores para executar suas tarefas de modo seguro, entre outras orientações.

“E agora o presidente fala em rever as normas”, critica o diretor-técnico do Dieese. “No campo do trabalho, a simplificação deverá causar o aumento da desproteção e do número de acidentes. Nós deveríamos estar melhorando as condições de proteção e segurança no trabalho, mas não é isso que o governo se propõe... Ele se propõe simplesmente a eliminar, simplificar ou retirar das

normas uma série de obrigações exigidas para que as empresas garantam, na hora de organizar o sistema produtivo, não só o treinamento, mas também todo o material de proteção”, afirma.

Bolsonaro chega a falar em reduzir em 90% as normas de segurança e saúde no trabalho. Um anúncio que desperta preocupação também no Ministério Público do Trabalho (MPT). “Não vejo como cortar em 90% e não ter redução da proteção dos trabalhadores. Temos que aguardar o governo apresentar as propostas, mas com preocupação”, declarou o procurador Leonardo Osório Mendonça, coordenador nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do MPT.

Fonte: Rede Brasil Atual

Paim: redução na segurança no trabalho fará país campeão em acidentes

O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou nesta terça-feira (14), em Plenário, o anúncio feito pelo governo na segunda-feira (13) de que reduzirá em 90% as normas de segurança no trabalho. Ele disse que entre as normas a serem revistas, figuram a que trata da regulamentação do maquinário, das padarias até o setor siderúrgico, além de outras referentes a insalubridade, periculosidade, construção civil e trabalho a céu aberto. Para o senador, com a redução das normas, o país será o campeão mundial nesse tipo de acidente.

O parlamentar gaúcho lembrou que o Brasil é o quarto país do mundo em acidentes de trabalho. E que isso acontece mesmo tendo as normas de segurança orientadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Fonte: Agência Senado

À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Projeto permite que mulher vítima de violência doméstica saque o FGTS

O Projeto de Lei 1379/19 permite o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pela mulher trabalhadora vítima de violência doméstica.

O projeto altera as leis Maria da Penha (11.340/06) e do FGTS (8.036/90). Atualmente, já é permitido o saque em algumas situações, como despedida sem justa causa e aquisição de imóvel.

“Um dos fatores que mais sujeitam mulheres à subserviência e as mantém em um relacionamento abusivo em que são vítimas de todo tipo de violência é a dependência financeira total ou parcial do marido ou companheiro”, afirma o autor da proposta, deputado Júnior (PSL-SP).

“Muitas mantêm-se junto ao agressor por não ter condições financeiras de recomeçar a sua vida”, complementa. Segundo ele, o projeto visa “dar a chance de sobrevivência a mulher”.

Tramitação - A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

Senador defende congelamento de impostos da alimentação do trabalhador

O Senador Plínio Valério (PSDB- AM) falou nesta terça-feira(14), em Plenário, que é preciso uma reforma tributária no país. Para ele, o excesso de impostos cobrados pelo governo e juros altos dos bancos impede a criação de empregos. Ele lembrou que grande parte do salário do trabalhador é gasto apenas com alimentação. Para ele, é preciso congelar esses impostos.

— Que esses impostos sejam congelados, e aqueles alimentos mais comuns, como — repito aqui — a farinha, o feijão, o arroz, possam chegar com mais facilidade à mesa da família brasileira, do trabalhador brasileiro, que vê, a cada dia, cada vez mais, seu poder de compra, mesmo de suprir as necessidades básicas, ser trucidado, ser aniquilado — disse.

Dados do IBGE, citados pelo Senador, apontam que as famílias de baixa renda gastam 93% de seus rendimentos com despesas de alimentação, habitação, aluguel, transporte e saúde, sendo que 30% é só para alimentação.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS